Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Concurso Público – 001/2025

Organizadora:
AMEOSC

CADERNO DE PROVA

Tipo 4

Fiscal de Tributos

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1** a **35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Embora o crédito tributário decorra do lançamento e represente obrigação formalmente constituída, a legislação prevê hipóteses específicas para sua extinção. A respeito dessas hipóteses, assinale a alternativa correta, conforme o disposto no Código Tributário Nacional (CTN).

(A) A remissão só pode ocorrer por decisão judicial, sendo vedada sua concessão por ato discricionário da Administração Pública.

(B) A transação, como hipótese de extinção do crédito tributário, dispensa qualquer homologação por parte da autoridade administrativa.

(C) A decadência extingue automaticamente o crédito tributário já lançado, desde que transcorrido o prazo de 10 anos da constituição definitiva.

(D) O pagamento é a forma principal de extinção do crédito tributário, sendo efetivado quando há quitação integral e tempestiva da obrigação, inclusive dos acréscimos legais incidentes.

Questão 02

O Código Tributário Nacional (CTN), em conformidade com a Constituição Federal, classifica os tributos em espécies distintas, conforme critérios legais. Assinale a alternativa correta quanto às espécies de tributos previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

(A) O empréstimo compulsório integra o conceito de taxa, por ter finalidade específica e destinação vinculada à prestação de serviços públicos essenciais.

(B) A contribuição de melhoria é um tributo vinculado ao custo total de qualquer serviço prestado pelo Estado, independentemente de haver valorização do imóvel beneficiado.

(C) As taxas se distinguem dos impostos por decorrerem de uma contraprestação estatal específica e divisível, sendo exigíveis apenas quando há exercício do poder de polícia ou utilização efetiva ou potencial de serviço público.

(D) Os impostos são tributos que exigem a prestação direta de um serviço público ao contribuinte como condição para sua exigência.

Questão 03

A Lei Complementar nº 116/2003 regulamenta o ISSQN, imposto de competência municipal incidente sobre a prestação de serviços constantes em lista anexa à norma. A definição do local de incidência do imposto varia conforme a natureza da atividade, o que exige atenção específica da fiscalização tributária. Sobre este contexto, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado ao município conceder isenção do ISSQN, ainda que prevista em sua legislação específica, salvo autorização expressa da União.

(B) Quando o serviço for prestado no exterior ou quando o resultado ocorrer fora do país, o ISSQN não será devido ao município, conforme previsto expressamente na LC nº 116/2003.

(C) O ISSQN incide sobre exportações de serviços para o exterior, desde que o pagamento ocorra por meio de instituição financeira brasileira.

(D) A base de cálculo do ISSQN inclui o valor dos materiais fornecidos pelo prestador, independentemente do tipo de serviço.

Questão 04

A escrituração correta dos livros fiscais é um dos pilares do controle tributário e permite à Administração Tributária verificar a conformidade entre as obrigações principais e acessórias. Com base na legislação tributária atual, assinale a alternativa correta quanto à verificação de livros fiscais.

(A) A legislação atual não admite penalidades específicas pela escrituração com erros formais, salvo quando comprovado o dolo do contribuinte.

(B) A ausência de escrituração em livros fiscais obrigatórios pode implicar presunção de omissão de receitas, ensejando o lançamento de ofício por arbitramento.

(C) A escrituração em livros fiscais é opcional para os contribuintes do regime de lucro presumido, desde que emitam regularmente as notas fiscais eletrônicas.

(D) A verificação de livros fiscais restringe-se ao exame do Livro de Registro de Entradas, sendo vedada a análise de demais livros em caso de fiscalização indireta.

Questão 05

A gestão tributária municipal depende de regras claras sobre inscrição, lançamento e responsabilidade pelo pagamento, conforme estabelecido no Código Tributário de Dionísio Cerqueira–SC. Com base nesse arcabouço legal, assinale a alternativa correta.

(A) O lançamento do IPTU só pode ser realizado no início do exercício seguinte, mesmo que a construção seja concluída antes de 1º de janeiro.

(B) O contribuinte deve promover a inscrição ou atualização cadastral imobiliária em até 30 dias após convocação ou alteração no imóvel, sob pena de inscrição de ofício pelo município.

(C) Isenção ou anistia fiscal pode ser concedida por ato do Poder Executivo, sem necessidade de lei municipal específica, de acordo com o princípio da eficiência tributária.

(D) A única hipótese de isenção imobiliária prevista no código é a destinada a entidades religiosas, sem exigência de comprovação anual.

Questão 06

No âmbito do Direito Tributário, os conceitos de capacidade tributária e domicílio fiscal são válidos para determinar quem está apto a figurar como contribuinte e qual o local considerado para efeitos de lançamento, fiscalização e cobrança de tributos. Esses elementos são disciplinados pelo Código Tributário Nacional e impactam diretamente a relação jurídico-tributária entre Fisco e sujeito passivo. Analise os itens abaixo:

I.O domicílio fiscal do contribuinte é sempre o local onde ele mantém sua sede administrativa, independentemente de onde exerça suas atividades econômicas.

II.O domicílio fiscal é o local onde o contribuinte está obrigado a cumprir suas obrigações tributárias, podendo coincidir com o endereço da residência ou estabelecimento.

III.A legislação tributária permite que o contribuinte escolha livremente seu domicílio fiscal entre qualquer município do país para fins de recolhimento de tributos.

Após análise, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens I e III estão corretos.
(B) Apenas os itens I e II estão corretos.
(C) Apenas os itens II e III estão corretos.
(D) Apenas o item II está correto.

Questão 07

No sistema tributário brasileiro, a legalidade é uma das principais garantias do contribuinte, vinculando a criação e a majoração de tributos à prévia previsão em lei, conforme o princípio do Estado de Direito e o disposto na Constituição Federal. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) O Poder Executivo pode majorar tributos mediante decreto, desde que haja previsão constitucional expressa para todos os impostos federais.
(B) A medida provisória que institui tributo deve produzir efeitos imediatos e definitivos, ainda que não convertida em lei pelo Congresso Nacional.
(C) A legalidade tributária exige que somente lei em sentido estrito pode instituir ou aumentar tributos, vedando a delegação dessa competência a atos infralegais.
(D) A fixação de alíquotas e bases de cálculo pode ser feita por portaria ministerial, desde que haja interesse fiscal relevante, mesmo sem autorização legal específica.

Questão 08

A garantia da anterioridade tributária visa assegurar que nenhuma obrigação tributária será exigida no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que a instituiu ou aumentou, conferindo segurança jurídica ao contribuinte. Assinale a alternativa correta acerca do princípio da anterioridade tributária.

(A) A anterioridade tributária permite que o tributo seja cobrado imediatamente após a publicação da lei, desde que o contribuinte seja notificado previamente.
(B) A anterioridade tributária pode ser afastada por meio de medida provisória, independentemente de aprovação pelo Congresso Nacional.
(C) A anterioridade tributária impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro da publicação da lei, mas não se aplica às contribuições sociais previstas no artigo 195 da Constituição Federal.
(D) A anterioridade tributária tem abrangência limitada apenas aos impostos federais, não se aplicando aos tributos estaduais ou municipais.

Questão 09

O princípio da isonomia tributária não exige tratamento rigorosamente igual para todos, mas sim que a lei não favoreça nem discrimine contribuintes que estejam em situação equivalente perante o fisco. Assinale a alternativa correta com base no princípio da isonomia tributária.

(A) A concessão de alíquota diferenciada de IPTU para imóveis localizados em áreas urbanas com infraestrutura inferior não viola o princípio da isonomia, desde que baseada em critério objetivo e razoável.
(B) A isonomia tributária impede o legislador de conceder qualquer tipo de isenção para categorias específicas de contribuintes, mesmo que haja justificativa legal.
(C) O princípio da isonomia tributária obriga que todos os contribuintes, independentemente da capacidade contributiva, paguem o mesmo valor em tributos federais.
(D) É vedado à lei instituir alíquotas progressivas para impostos, pois tal medida afronta o princípio da isonomia ao diferenciar contribuintes.

Questão 10

A Lei nº 8.212/1991 estabelece as normas gerais sobre a organização da Seguridade Social. A definição clara dos sujeitos passivos e da base de cálculo é essencial para a atuação da fiscalização tributária. Assinale a alternativa correta.

(A) A remuneração paga ou creditada a autônomos por pessoas jurídicas integra a base de cálculo da contribuição previdenciária a ser recolhida por estas, na condição de contribuintes substitutos.
(B) O segurado facultativo está obrigado a contribuir mensalmente, com alíquota mínima de 20% sobre o salário mínimo vigente.
(C) A contribuição do empregador rural pessoa física incide exclusivamente sobre o lucro da atividade agropecuária, conforme regime especial da Lei nº 8.212/91.

(D) Os aposentados que continuam exercendo atividade remunerada estão isentos de qualquer contribuição à seguridade social.

Questão 11

A respeito da Capacidade Tributária e Domicílio Fiscal, analise os itens abaixo:

I.O contribuinte pode eleger como domicílio fiscal qualquer endereço dentro do território nacional, independentemente de localização da atividade ou sede da empresa.

II.A administração tributária está impedida de fixar de ofício o domicílio fiscal do contribuinte, mesmo que este não o tenha informado corretamente.

III.O domicílio fiscal será, na falta de eleição pelo contribuinte, aquele que for determinado pela autoridade administrativa com base em dados cadastrais disponíveis.

Após análise, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens II e III estão corretos.
(B) Apenas o item III está correto.
(C) Apenas os itens I e III estão corretos.
(D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 12

A atividade de lançamento é privativa da autoridade administrativa competente, exercida mediante apuração da ocorrência do fato gerador, cálculo do tributo devido e identificação do sujeito passivo. Nas situações em que são detectadas omissões ou inconsistências nos registros fiscais do contribuinte, o lançamento pode ser realizado com base em dados apurados indiretamente. Considerando a legislação tributária em vigor, assinale a alternativa correta.

(A) A retificação de lançamento fiscal pelo Fisco depende, em qualquer caso, de autorização judicial, uma vez que a revisão administrativa unilateral está vedada pelo CTN.
(B) O lançamento de ofício pode ser realizado pela autoridade fiscal quando houver omissão de declaração, fraude ou sonegação, sendo dispensada a prévia notificação do contribuinte para regularização.
(C) A apuração indireta de débitos tributários só é permitida quando houver confissão expressa do contribuinte quanto à sonegação de receitas ou omissão de documentos.
(D) O lançamento por homologação prescinde de fiscalização, pois a responsabilidade pelo cálculo e pagamento é integralmente do contribuinte, vedando qualquer intervenção do Fisco.

Questão 13

Analise os itens abaixo e julgue-os como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) sobre Impostos Municipais:

(__)O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide mesmo que o prestador esteja localizado em outro município, desde que o serviço se materialize no território do tomador.

(__)A Constituição Federal estabelece que cabe aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e sobre serviços de qualquer natureza.

(__)O ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis decorrente de herança ou doação.

(__)O IPTU pode ter alíquotas diferentes para imóveis edificados e não edificados, desde que haja previsão em lei municipal e respeitado o princípio da capacidade contributiva.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) V, V, V, V.
(B) V, V, V, F.
(C) F, F, F, V.
(D) V, V, F, F.

Questão 14

Analise os itens abaixo e julgue-os como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) sobre constituição do crédito tributário:

(__)O lançamento é o procedimento administrativo vinculado que verifica a ocorrência do fato gerador e calcula o valor do tributo.

(__)Mesmo no lançamento por homologação, o crédito tributário só se constitui plenamente após a homologação expressa ou tácita pela autoridade fiscal.

(__)A retificação do lançamento é admitida quando houver erro de fato, independentemente de autorização do sujeito passivo.

(__)A notificação do contribuinte é etapa indispensável para a eficácia do lançamento e início da exigibilidade do crédito tributário.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) F, V, F, V.
(B) V, V, F, F.
(C) F, F, F, V.
(D) V, V, V, F.

Questão 15

A aplicação da legislação tributária envolve o emprego das normas legais que regulam a obrigação tributária, bem como das disposições complementares como tratados, atos administrativos e normas interpretativas previstas no Código Tributário Nacional. Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) As decisões dos órgãos julgadores administrativos têm força vinculante geral e revogam automaticamente as leis anteriores sobre a mesma matéria.

(B) As normas tributárias só produzem efeitos quando expressamente aceitas pelo contribuinte, respeitado o princípio da autonomia da vontade.

(C) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos futuros e aos pendentes, salvo disposição expressa em sentido contrário.

(D) As convenções particulares entre as partes podem modificar os critérios legais de definição do sujeito passivo da obrigação tributária.

Questão 16

A constituição do crédito tributário depende da realização do lançamento, que é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula o montante devido e identifica o sujeito passivo. Considerando os procedimentos de lançamento previstos na legislação tributária brasileira, assinale a alternativa correta.

(A) O lançamento de ofício pode ser efetuado pela autoridade administrativa sempre que o sujeito passivo deixar de cumprir a obrigação tributária principal, ou quando houver indícios de erro, fraude ou evasão fiscal, independentemente de prévia notificação.

(B) O lançamento por arbitramento exige que a autoridade administrativa utilize exclusivamente dados fornecidos pelo contribuinte, não sendo permitido recorrer a outras fontes para estimar a base de cálculo.

(C) O lançamento por declaração é facultativo e depende da vontade do contribuinte, que pode optar por lançar o tributo diretamente ou aguardar o lançamento de ofício.

(D) No lançamento por homologação, o crédito tributário é constituído somente após manifestação expressa da autoridade fiscal, que deve homologar o pagamento realizado pelo contribuinte.

Questão 17

Embora o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) possua natureza predominantemente fiscal, sua estrutura permite que seja também utilizado como instrumento de intervenção econômica, especialmente pela seletividade em função da essencialidade dos produtos. Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da seletividade é facultativo e pode ser adotado conforme a política tributária vigente, sendo previsto expressamente na Constituição Federal.

(B) A incidência do IPI alcança produtos industrializados, quando destinados à exportação, mas admite isenção específica por meio de decreto do Poder Executivo.

(C) Contribuintes do IPI são exclusivamente os importadores, ficando excluídos os estabelecimentos industriais sediados no território nacional.

(D) O IPI é um imposto cumulativo, não permitindo a compensação do que for pago em operações anteriores da cadeia produtiva.

Questão 18

A fiscalização dos tributos municipais é uma função essencial do poder de polícia administrativa conferido aos entes locais e visa manter o interesse público. Nesse contexto, é correto afirmar que:

(A) O lançamento tributário é atribuição exclusiva do ente estadual, sendo vedada sua realização por autoridades fiscais municipais, mesmo no caso de tributos de sua competência.

(B) A atividade de fiscalização municipal limita-se à verificação de débitos declarados espontaneamente pelo contribuinte, sem poder aplicar penalidades em caso de omissão ou fraude.

(C) A autoridade fiscal municipal está impedida de acessar dados cadastrais de outros entes federativos, mesmo mediante convênio, em razão do sigilo fiscal protegido constitucionalmente.

(D) A autoridade fiscal municipal pode exigir do sujeito passivo a exibição de livros e documentos fiscais, ainda que não previstos expressamente em regulamento, desde que o pedido esteja vinculado à apuração de obrigação tributária.

Questão 19

A concessão de anistia fiscal, enquanto medida de renúncia de receita, encontra respaldo na legislação tributária e está sujeita a condições legais e constitucionais específicas. Tal instituto visa extinguir créditos tributários relacionados a penalidades pecuniárias decorrentes de infrações à legislação, desde que devidamente autorizada por norma competente. Com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) A anistia pode abranger tributos ainda não constituídos, por se tratar de faculdade discricionária do administrador.

(B) A anistia é aplicável indistintamente a todos os tributos, inclusive aos lançados por homologação antes da declaração do contribuinte.

(C) A anistia fiscal pode ser instituída por decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que justificada por razões de conveniência administrativa.

(D) A anistia fiscal pode ser concedida por lei específica, sendo vedada a concessão geral que envolva tributos cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão judicial definitiva.

Questão 20

A respeito das Imunidades e Isenções Tributárias,

analise os itens abaixo:

I.A imunidade tributária recíproca entre entes federativos estende-se automaticamente às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.

II.A imunidade de templos de qualquer culto alcança não apenas os imóveis utilizados diretamente para celebrações religiosas, mas também os bens e rendas relacionados às suas finalidades essenciais.

III.A imunidade tributária prevista para livros, jornais e periódicos pode ser afastada por lei municipal que imponha taxas de publicidade em impressos.

Após análise, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens I e III estão corretos.
(B) Apenas os itens II e III estão corretos.
(C) Apenas o item II está correto.
(D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

O Dilema da Abelha

Participei de uma aula de culinária. Tudo ia bem até que uma abelha apareceu voando pela sala. Um alerta gerou uma discussão: mata ou não mata? Uma moça ergueu o pano, a outra pediu calma. A chef, incrédula, dizia que abelhas não entram ali. E a abelha, alheia, seguia seu voo.

O conflito crescia. Surgiram opiniões: matar, capturar, esperar. Cada voz, uma visão. Onze pessoas, onze reações. Pensei: se isso acontece com uma abelha, imagine com temas sérios. Vozes se exaltavam. A moça insistia nos golpes, a abelha escapava com agilidade.

Finalmente, uma rajada de vento a empurrou para fora. A chef concluiu: "Saiu por onde entrou!" E eu me perguntava: isso é realmente importante?

Meu amigo brincou: culinária ou apicultura? Respondi: para mim, foi uma aula sobre relações humanas.

Antonio Carlos Sarmento - Texto Adaptado

https://cronicaseagudas.com/2022/07/23/o-dilema-da-abelha/

Questão 21

A construção "Onze pessoas, onze reações" está inserida em um contexto em que o narrador associa a multiplicidade de indivíduos à pluralidade de opiniões. Considerando as regras da concordância verbal e nominal da norma-padrão, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta quanto ao uso da concordância no fragmento e em possíveis reescritas dele:

(A) O enunciado "Onze pessoas, onze reações" exige verbo obrigatoriamente no plural, e não poderia ser mantido como oração nominal, sob risco de erro de concordância.
(B) A concordância do verbo "ser" em uma possível reescrita do trecho — "Eram onze pessoas, onze reações" — está incorreta, pois "ser" exige o verbo no singular quando os sujeitos são numerais.
(C) Caso se optasse por transformar o trecho em uma oração com verbo, a forma verbal correta seria "foram", como em: "Foram onze pessoas e onze reações", por haver sujeito composto posposto.
(D) A forma "Onze pessoas, onze reações" está em conformidade com a norma padrão, e uma reescrita como "Houve onze pessoas e reações divergentes" exigiria o verbo no plural para concordar com os dois núcleos.

Questão 22

Com base nas mudanças introduzidas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e considerando a forma destacada no trecho "E a abelha, alheia, seguia seu voo", assinale a alternativa correta quanto à justificativa para a grafia da palavra "voo":

(A) O vocábulo "voo" não sofreu alteração ortográfica, pois o Acordo não contempla monossílabos terminados em ditongos abertos nem em encontros vocálicos iguais.
(B) A palavra "voo" perdeu o acento circunflexo por determinação do Acordo, que eliminou o acento em palavras terminadas em "oo" que antes eram acentuadas.
(C) O acento na palavra "voo" foi mantido apenas nos casos em que aparece em final de frase, para manter a clareza da pronúncia.
(D) A palavra "voo" manteve sua acentuação, pois é uma forma verbal derivada de "voar", e o Novo Acordo não alterou a grafia de verbos.

Questão 23

Analise a estrutura sintática do trecho "Finalmente, uma rajada de vento a empurrou para fora" e assinale a alternativa que classifica corretamente os termos da oração, segundo a gramática normativa:

(A) "Uma rajada de vento" é agente da passiva; "a empurrou" constitui predicado verbo-nominal; "para fora" é predicativo do objeto.
(B) "Finalmente" é sujeito da oração; "uma rajada de vento" é predicativo do sujeito; "a empurrou" constitui o verbo com objeto direto e indireto.
(C) "Finalmente" é adjunto adverbial de tempo; "uma rajada de vento" é sujeito da oração; "a" é objeto direto; "para fora" é adjunto adverbial de lugar.
(D) "Uma rajada de vento" é sujeito simples; "a" é objeto direto do verbo "empurrou"; "para fora" funciona como complemento nominal de "empurrou".

Questão 24

No texto "O Dilema da Abelha", o autor narra uma situação cotidiana de forma aparentemente simples, mas promove uma reflexão mais ampla. Considerando as estratégias discursivas e os efeitos de sentido, assinale a alternativa que expressa a interpretação crítica e implícita proposta pelo texto:

(A) O texto utiliza a abelha como símbolo de distração, criticando a superficialidade das relações humanas e a fuga de temas verdadeiramente relevantes.

(B) A abelha simboliza a ameaça silenciosa da natureza sobre as atividades humanas, sendo o texto um alerta ecológico disfarçado.

(C) O conflito em torno da abelha funciona como metáfora para a diversidade de opiniões humanas diante de situações inesperadas e triviais.

(D) A presença da abelha na aula de culinária revela a ineficiência do ambiente em manter normas de higiene e segurança alimentar.

Questão 25

Analise o trecho a seguir:

"A chef concluiu: "Saiu por onde entrou!" E eu me perguntava: isso é realmente importante?"

Considerando os recursos de pontuação presentes no trecho acima e seus efeitos discursivos, assinale a alternativa que analisa corretamente a função e a correção dos sinais empregados:

(A) Os dois-pontos introduzem corretamente a fala da personagem, e as aspas indicam discurso direto, marcando a alternância de vozes com clareza e correção.

(B) A vírgula após "concluiu" é obrigatória, pois separa sujeito de predicado, de acordo com as regras de pontuação normativa.

(C) O ponto de interrogação final deveria ser substituído por ponto final, já que a dúvida expressa é reflexiva e não configura uma pergunta real.

(D) As aspas são usadas incorretamente, pois não se aplicam a discursos diretos com pontuação enfática; o uso do travessão seria mais adequado na norma padrão.

Questão 26

No trecho "A chef, incrédula, dizia que abelhas não entram ali", a oração "que abelhas não entram ali" exerce função específica dentro da estrutura sintática e semântica do período. Com base na classificação das orações subordinadas, assinale a alternativa correta:

(A) Trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo "dizia", funcionando como o conteúdo daquilo que se diz.

(B) Trata-se de uma oração subordinada adverbial causal, pois expressa a razão de a chef estar incrédula, indicando causa implícita do estado emocional.

(C) Trata-se de uma oração subordinada adjetiva explicativa, pois adiciona uma informação acessória à ação verbal principal, caracterizando o objeto da fala da chef.

(D) Trata-se de uma oração coordenada sindética explicativa, pois introduz uma explicação para a incredulidade da personagem, conectando-se por subordinação causal.

Questão 27

Com base na regência verbal da forma "insistia" no trecho "A moça insistia nos golpes, a abelha escapava com agilidade", assinale a alternativa correta quanto ao uso da preposição e à função sintática do termo que a complementa:

(A) O verbo "insistir" é transitivo direto, e a expressão "nos golpes" atua como objeto direto, sendo a preposição "em" facultativa por força do uso estilístico.

(B) O uso da preposição "em" antes de "nos golpes" está incorreto, pois o verbo "insistir" exige preposição "com" quando o complemento for uma ação física.

(C) O verbo "insistir" exige complemento preposicionado, sendo, nesse contexto, transitivo indireto, e a locução "nos golpes" exerce função de objeto indireto.

(D) O verbo "insistir", nesse caso, é intransitivo, pois expressa uma ação autônoma e completa, dispensando complementos obrigatórios.

Questão 28

Analise o trecho:

"Cada voz, uma visão. Onze pessoas, onze reações. Pensei: se isso acontece com uma abelha, imagine com temas sérios."

Com base no trecho e considerando os princípios da coesão e da coerência textual, assinale a alternativa que interpreta corretamente a relação entre os elementos linguísticos e a progressão do texto:

(A) A coesão é estabelecida por anáfora explícita e por elipse, mas a coerência é prejudicada pela ausência de conectivos que articulem logicamente os períodos.

(B) O uso repetido de estruturas paralelas ("cada voz, uma visão"; "onze pessoas, onze reações") compromete a coesão textual por causar excesso de repetição e quebra da progressão temática.

(C) A construção "se isso acontece com uma abelha, imagine com temas sérios" apresenta incoerência pragmática, pois subestima o impacto de eventos aparentemente simples no comportamento humano.

(D) A coesão é construída por meio da paralelismo sintático e da substituição semântica, enquanto a coerência decorre da relação implícita entre o episódio trivial e a reflexão sobre conflitos sociais.

Questão 29

No trecho final do texto "O Dilema da Abelha", observa-se o uso coloquial da linguagem, sem, contudo, comprometer a correção gramatical ou o efeito de sentido. Com base nos conceitos de vícios de linguagem, assinale a alternativa correta:

(A) Não há vícios de linguagem evidentes no trecho citado, pois a construção frasal preserva a clareza, a correção gramatical e a intenção comunicativa do autor.

(B) A pergunta "culinária ou apicultura?" configura um exemplo de ambiguidade, uma vez que o leitor não pode determinar se o autor fala de um curso ou de um inseto.

(C) O uso do termo "voo" ao longo do texto caracteriza um neologismo, pois sua grafia foi recentemente criada com base em novas tendências ortográficas.

(D) A expressão "para mim, foi uma aula sobre relações humanas" contém um caso de solecismo de regência, já que o correto seria "para eu".

Questão 30

O texto "O Dilema da Abelha" apresenta um episódio aparentemente trivial, mas com potencial simbólico e reflexivo. Considerando os elementos estruturais e discursivos predominantes, assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo textual predominante e justifica essa classificação com base em suas características:

(A) Injuntivo, pois predomina a intenção de orientar o leitor sobre como agir em situações de conflito cotidiano, por meio de comandos implícitos.

(B) Descritivo, pois o texto tem como objetivo central caracterizar detalhadamente o ambiente da aula e o comportamento dos participantes.

(C) Narrativo, pois há progressão temporal de ações protagonizadas por personagens, com desfecho e foco em acontecimentos concretos.

(D) Argumentativo, pois o autor defende explicitamente um ponto de vista sobre o convívio social, utilizando argumentos e contra-argumentos.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

Analise as afirmações a seguir sobre acontecimentos políticos e sociais do Brasil nas últimas três décadas e julgue cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F):

(__)Em 1994, foi implantado o Plano Real, que estabilizou a economia brasileira e introduziu uma nova moeda, o real (R$), com o objetivo de controlar a hiperinflação que atingia o país.

(__)Em 2005, o escândalo do Mensalão envolveu denúncias de compra de votos no Congresso Nacional e resultou no impeachment imediato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(__)Em 2016, a presidente Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment, sendo afastada do cargo sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal.

(__)A Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", foi aprovada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como parte de uma ampla reforma democrática.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) F, V, V, F.

(B) V, F, V, F.

(C) V, V, F, F.

(D) F, F, V, V.

Questão 32

"O governo federal publicou, nesta terça-feira (20), no Diário Oficial da União (DOU), o decreto com as novas regras para a educação à distância em cursos de graduação (EAD). Entre os destaques, determina que cinco graduações só poderão ser ofertadas no formato presencial (...)"

https://g1.globo.com/educacao/noticia - 20/05/2025

Qual das alternativas abaixo cita apenas cursos que estão entre os cinco aos quais o trecho acima se refere?

(A) Arquitetura, Pedagogia, Medicina, Direito e Licenciaturas.

(B) Medicina, Engenharia, Odontologia, Arquitetura e Psicologia.

(C) Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia.

(D) Engenharia, Pedagogia, Medicina, Direito e Psicologia.

Questão 33

A Lei Estadual nº 133, de 30/12/1953, elevou o então distrito de Dionísio Cerqueira à condição de município, desmembrando-o da cidade de:

(A) Guaraciaba.

(B) Campo Erê.

(C) Chapecó.

(D) Guarujá do Sul.

Questão 34

Segundo a Lei Orgânica de Dionísio Cerqueira/SC, o que será assegurado aos servidores da administração direta, com cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes

Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho?

(A) Progressão de vencimentos.
(B) Hierarquia de vencimentos.
(C) Isonomia de vencimentos.
(D) Diferenciação de vencimentos.

Questão 35

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de Dionísio Cerqueira/SC, ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para o cargo de provimento efetivo passará por um período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observando determinados fatores. Esse período é chamado de:

(A) Adaptação.
(B) Integração.
(C) Estágio probatório.
(D) Período temporário.